GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 246/1996 de 10 de Outubro

de 10 de Outubro

Considerando que as lagoas da Região Autónoma dos Açores denotam profundos sinais de poluição e eutrofização das suas massas de água;

Considerando que, para além de ser imperioso definir normas de protecção, conjugadas com o ordenamento das bacias hidrográficas de cada lagoa, é necessário e urgente desenvolver e coordenar estudos sobre a origem, natureza e controlo da poluição e eutrofização da água das lagoas;

Considerando que, por outro lado, existe a necessidade de acompanhar a evolução do estado tráfico de cada lagoa, por forma a permitir a tomada de providências, quer preventivas, quer correctivas;

Considerando, por último, que este resultado só se obtém com o acompanhamento laboratorial de análise da qualidade das águas, e que é preciso dar continuidade ao programa de monitorização, análise de sedimentos e qualidade das águas das lagoas da Região Autónoma dos Açores já iniciado.

Assim, no uso dos poderes conferidos pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 370 e da alínea e) do artigo 36.0 do Decreto-Lei n.º 55/ 95, de 29 de Março, e ainda nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 18 do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/A, de 12 de Abril e em consonância com o disposto no artigo 70 do Decreto Regulamentar Regional n.º 19/89/A, de 22 de Maio, e artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, o Governo resolve:

- 1 - Ratificar todo o procedimento de negociação e autorizar o ajuste directo da adjudicação ao INOVA, Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, do estudo consistente na contratação de uma prestação de serviços para "monitorização, análise de sedimento e qualidade das águas das lagoas da Região Autónoma dos Açores", cuja despesa tem cabimento no Plano de Investimentos, pelo valor global de 105870000\$, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 27 meses a contar de 1 de Outubro de 1996, tudo de acordo com a proposta apresentada por aquele Instituto.
- 2 - Aprovar a minuta do respectivo contrato, em anexo.
- 3 - Delegar, no Chefe do Gabinete do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Carlos Ferreira Pinto Lopes, poderes para outorgar no contrato, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 27 de Setembro de 1996.- O Presidente do Governo, Alberto Romão Madruga da Costa.

Minuta de contrato

Contrato número /96 para a prestação de serviços de "Monitorização, análise de sedimentos e de qualidade da água das lagoas da Região Autónoma dos Açores".

Aos dias do mês de do ano de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Ponta Delgada, e na Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, perante mim, Sérgio de Oliveira Rodrigues. exercendo as funções de notário privativo desta Secretaria Regional, conforme poderes que me foram conferidos ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar Regional número vinte e nove barra oitenta e nove barra A, de vinte de Setembro, por despacho conjunto dos Secretários Regionais da Administração Interna, das Finanças e Planeamento e da Habitação e Obras

Públicas, datado de vinte e um de Novembro de mil novecentos e noventa, compareceram como outorgantes:

1.º Carlos Ferreira Pinto Lopes, solteiro, maior, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, do concelho de Lisboa e residente na Rua B, número um, no Calço da Fuma, freguesia de Fajã de Baixo, em Ponta Delgada, titular do bilhete de identidade número oito milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e três, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa, em quatro de Julho de mil novecentos e noventa e um, exercendo o cargo de Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o qual outorga em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, pessoa colectiva com o número seiscentos e setenta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove, conforme poderes que lhe foram conferidos pela Resolução número barra noventa

e seis, (/96) 2.º, (estado civil), natural da freguesia de, do concelho de residente na Rua número, da freguesia de titular do bilhete de identidade número milhões, mil, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de, em de de mil novecentos e o qual outorga em nome e representação do INOVA, Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, com sede na Rua, número em Ponta Delgada, possuidora do cartão de identificação de pessoa colectiva número quinhentos e doze milhões, mil, na qualidade de com poderes bastantes para a realização deste acto, o que verifiquei por cópia autenticada de datada de de de mil novecentos e noventa e, que me foi presente e arquivo.

Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por conhecimento pessoal e a dos segundos pelos documentos de identificação apresentados.

Disse o primeiro outorgante, que pela sua representada Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, adjudica à representada pelo segundo outorgante, após realização de ajuste directo nos termos da sub-álnea ii) da alínea e) do número um do artigo trigésimo sexto do Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra noventa e cinco, de vinte e nove de Março, e de acordo com o despacho de treze de Setembro de mil novecentos e noventa e seis do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, exarado na número barra DROTRH, de de mil novecentos e noventa e seis, ratificado pela resolução número barra (/96), o contrato para a prestação de serviços para a 'Monitorização, análise de sedimentos e de qualidade da água das lagoas da Região Autónoma dos Açores, nas condições constantes das seguintes cláusulas:

1.ª: O segundo outorgante obriga-se à prestação de serviços de monitorização, análise de sedimentos e de qualidade da água das lagoas da Região Autónoma dos Açores, nos termos e condições da proposta apresentada, que fica a fazer parte integrante deste contrato.

2.ª: O tempo de duração da prestação de serviços que constitui o objecto do presente contrato é de vinte e sete (27) meses, contados a partir da data de comunicação da adjudicação

3.ª O encargo global do presente contrato é de (105 870 000\$) cento e cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil escudos, que acrescido de Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa de doze (12) por cento, no valor de doze milhões, setecentos e quatro mil e quatrocentos escudos (12 704 400\$), perfaz o encargo total de cento e dezoito milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e quatrocentos escudos (118 574 400\$), o qual será integralmente suportado pela dotação do capítulo 40, programa, projecto 01, classificação económica 11.02.00, do Orçamento da Região Autónoma dos Açores repartido pelos seguintes anos económicos:

1996: Vinte e três milhões, setecentos e catorze mil, oitocentos e oitenta escudos (23 714 880\$).

1997: Cinquenta e três milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e oitenta escudos <53 358 480\$).

1998: Quarenta e um milhões, quinhentos e um mil, e quarenta escudos (41 501 040\$).

4.^a: Os pagamentos ao segundo outorgante serão liquidados, conforme consta da proposta, nas prestações seguintes:

1.^a: Vinte (20) por cento do valor global, no montante de vinte e três milhões setecentos e catorze mil oitocentos e oitenta escudos, (23.714.880\$00) no acto da assinatura do presente contrato;

2.^a: Vinte (20) por cento do valor global, no montante de vinte e três milhões setecentos e catorze mil oitocentos e oitenta escudos, (23.714.880\$00), após o primeiro trimestre;

3.^a: Doze vírgula cinco (12,5) por cento do valor global, no montante de catorze milhões oitocentos e vinte e um mil e oitocentos escudos, (14.821.800\$00), em cada um dos quatro semestres seguintes;

4.^a: Dez (10) por cento do valor global, no montante de onze milhões oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta escudos, (11 857.440\$00), com a entrega do relatório final;

5.^a: O segundo outorgante obriga-se a efectuar à execução dos trabalhos, de acordo com o estabelecido na Proposta.

6.^a Em todo o omissis observar-se-á o disposto na legislação aplicável a prestação de serviços, bem como na proposta da adjudicatária.

7.^a 1 Pelo despacho de treze de Setembro de mil novecentos e noventa e seis o Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, exarado na Informação número barra DROTRH, de de mil novecentos e noventa e seis, ratificado pela resolução número barra noventa e seis (/96) foi autorizada a contratação da presente prestação de serviços.

2. Pela Resolução número barra noventa e seis (/96) foi autorizada a adjudicação desta prestação de serviços, a celebração do presente contrato e aprovada a respectiva minuta.

3. Neste acto foi verificado que a adjudicatária constituiu caução definitiva na quantia de cinco milhões duzentos e noventa e três mil e quinhentos escudos (5 293 500\$), correspondente e cinco por cento (5%), do valor da adjudicação, prestada pelo em de de mil novecentos e noventa e seis, a qual servirá para garantir o integral cumprimento deste contrato.

4. O segundo outorgante apresentou certidão passada a e de de mil novecentos e noventa e seis pela Repartição de Finanças d comprovativa de que a sua representada não é devedora à Fazenda Nacional pelo referido Concelho, de quaisquer contribuições e impostos pelos últimos três anos.

5. Ambos os outorgantes, na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato a cujo cumprimento se obrigam.

6. Foram testemunhas presentes,

as quais, com as partes outorgantes, vão assinar o presente contrato, celebrado perante mim, que o mandei escrever e também assino, depois de a todos o ter lido em voz alta.